

GRANORDESTE

GRANITOS DO NORDESTE DO BRASIL S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Findas em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em reais)

1. Contexto Operacional

1.1. Informações da Companhia

A **Granitos do Nordeste do Brasil S/A – Granordeste**, é uma Companhia que tem por objetivo principal a mineração, pesquisa e lavras, serragens e beneficiamento de granitos, serviços de aplicação, exportação e importação de granitos, bem como o aproveitamento e exploração de jazidas minerais em todo território nacional. Constituída como uma “Sociedade Anônima” domiciliada no Brasil, com sede no município de Maceió, Alagoas, as ações da Companhia não são negociadas em bolsas de valores.

A Empresa ocupa uma área de 62 (sessenta e dois) mil metros quadrados e conta com 3 (três) mil metros quadrados de área coberta. Possui infraestrutura de pavimentação, bloco administrativo, poços artesianos, reservatório e sistemas de tratamento de água, dentre outros, destinados ao seu funcionamento.

O grupo Lauro G. Nogueira & Cia. Ltda., do qual a **GRANORDESTE** é integrante, foi pioneiro na industrialização do mármore em Alagoas, desde a década de 50 atua no setor através da Indústria de Mármore e Granitos Santa Terezinha, implantada inicialmente no bairro de Jaraguá, na cidade de Maceió, estado de Alagoas, e em 1979 foi transferida para o atual endereço, quando iniciou o processo de desdobramentos de rochas em teares e talha-blocos.

2. Principais Políticas Contábeis

2.1. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo ou pelo valor amortizado.

A elaboração das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano.

As Demonstrações Financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram autorizadas em Reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de outubro de 2022.

2. Principais Políticas Contábeis -- (Continuação)

2.2. Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, quando existentes, operações em moeda estrangeira são convertidas para reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local. Ganhos e perdas resultantes do processo de conversão são alocados no resultado do período.

2.3. Reconhecimento de Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando o controle da propriedade dos produtos for transferido ao comprador, o que geralmente ocorre no momento de sua entrega.

2.4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de liquidez imediata, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5. Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no curso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas de clientes a receber são registradas inicialmente a valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia optou por não realizar estimativa com perdas para créditos de liquidação duvidosa, face à característica dos créditos e a baixa inadimplência da carteira.

2. Principais Políticas Contábeis -- (Continuação)

2.6. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- I. Matérias primas: custo de aquisição segundo o custo médio.
- II. Produtos acabados e em elaboração: custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.7. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou formação. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear e leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens, conforme segue:

Imobilizado	<u>Vida útil Estimada</u>
Edificações e Construções	25 anos
Máquinas e Equipamentos	10 anos
Ferramentas e Utensílios	10 anos
Móveis e Utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2. Principais Políticas Contábeis -- (Continuação)

2.8. Impairment de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (“*impairment*”), sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.9. Imposto de Renda e Contribuição Social

A **GRANORDESTE** está sujeita ao regime de tributação com base no lucro real e, quando cabível, reconhece a provisão trimestral para imposto de renda pelo regime de competência à alíquota de 15% mais adicional de 10%, este último quando aplicável. A contribuição social, também quando aplicável, é calculada sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda, na forma da legislação, à alíquota de 9%.

2.10. PIS e COFINS

As contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) são provisionados, mensalmente, com base na sistemática da não cumulativa, sujeitando-se às alíquotas de 1,65% e 7,6%, respectivamente.

2.11. ICMS e IPI

Os produtos fabricados e comercializados pela **GRANORDESTE** estão sujeitos à tributação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), apurados na forma da legislação tributária pertinente.

2.12. Demonstração do Fluxo de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem Caixa, Contas Bancárias e Investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor justo, sendo demonstrados pelo custo e acrescido de juros auferidos, quando aplicável.

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Caixa	692,50	361,92
Bancos conta Movimento	- 437,19	6,30
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	-	1.770,08
Totais	<u>255,31</u>	<u>2.138,30</u>

Aplicações de liquidez imediata contemplam aplicações com vencimento em até 90 dias, liquidez imediata e baixo risco de variação no valor justo. Aplicações financeiras em títulos para negociação incluem Certificados de Depósitos Bancários - CDB e investimentos em títulos e valores mobiliários, os quais são registrados pelo seu valor justo. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

4. Contas a Receber de Clientes

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Contas a Receber		
Renaldo Luiz dos Santos	-	2.593,57
Totais	<u>-</u>	<u>2.593,57</u>

5. Devedores por Contrato de Mútuo

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Devedores por Contrato de Mútuo		
Mundial Mármore e Granitos Ltda	792.000,00	792.000,00
Totais	<u>792.000,00</u>	<u>792.000,00</u>

6. Tributos a Recuperar

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Impostos a Recuperar		
Imposto de Renda Retido na Fonte	51.591,11	265.591,11
IPI a Recuperar	7.573,32	6.883,32
PIS a Recuperar	8.444,68	7.022,96
COFINS a Recuperar	38.896,88	32.348,43
ICMS a Recuperar	110.960,77	94.432,39
ICMS a Recuperar - Imobilizado (a)	16,79	118,41
INSS a Compensar	3.820,81	3.820,81
Refis Art. 1º Deb. Previdenciários PGFN	1.700,00	1.700,00
Refis Art. 3º Demais Débitos RFB	2.000,00	2.000,00
Totais	<u>225.004,36</u>	<u>413.917,43</u>

- (a) Os valores correspondentes ao “ICMS - ativo imobilizado” referem-se a créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, compensáveis à razão de 1/48 por mês, conforme Lei Complementar nº 102/2000.

7. Estoques

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Estoques		
Matéria Prima	74.239,60	74.239,60
Produtos Semi Elaborados	53.765,00	53.765,00
Produtos Beneficiados	55.850,00	55.850,00
Insumos	72.116,90	72.116,90
Totais	<u>255.971,50</u>	<u>255.971,50</u>

8. Depósitos para Recursos

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Depósitos para Recursos		
Benigüino Silva dos Santos	2.166,67	2.166,67
Depósito Judicial	50.276,23	50.276,23
Totais	<u>52.442,90</u>	<u>52.442,90</u>

9. Depósitos em Consignação

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Depósitos em Consignação		
Créditos de Precatórios	62.333,78	62.333,78
Totais	<u>62.333,78</u>	<u>62.333,78</u>

10. Imóveis Destinados a Venda

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Imóveis Destinados a Venda		
Apartamento n° 101 Edif. Mário Gomes de Barros	205.081,74	205.081,74
Apartamento n° 703 Edif. Aruba	34.520,00	34.520,00
Apartamento n° 604 Edif. Saint Dênis	72.800,04	72.800,04
Totais	<u>312.401,78</u>	<u>312.401,78</u>

11. Imobilizado

	<u>31/12/2014</u>	<u>ADIÇÕES</u>	<u>31/12/2013</u>
Imobilizado			
Edificações e Construções	9.170.990,45	-	9.170.990,45
Máquinas e Equipamentos	4.223.488,27	-	4.223.488,27
Ferramentas e Utensílios	52.490,95	-	52.490,95
Móveis e Utensílios	46.488,27	-	46.488,27
Veículos	193.831,78	-	193.831,78
Equipamentos de Informática	7.320,14	-	7.320,14
Sub-total	<u>13.694.609,86</u>	<u>-</u>	<u>13.694.609,86</u>
(-) Depreciação Acumulada			
(-) Máquinas e Equipamentos	2.733.053,81	-	2.733.053,81
(-) Ferramentas e Utensílios	5.977,77	-	5.977,77
(-) Móveis e Utensílios	9.047,66	-	9.047,66
(-) Veículos	55.132,72	-	55.132,72
Sub-total	<u>2.803.211,96</u>	<u>-</u>	<u>2.803.211,96</u>
Total	<u>10.891.397,90</u>	<u>-</u>	<u>10.891.397,90</u>

12. Fornecedores

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Fornecedores		
Fornecedores de Materiais	25.764,97	39.680,49
Fornecedores de Serviços	120,00	4.702,01
Totais	<u>25.884,97</u>	<u>44.382,50</u>

13. Empréstimos e Financiamentos – Passivo Circulante

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Empréstimos e Financiamentos		
Banco Bradesco S/A - Conta Garantida	-	37.637,36
Totais	<u>-</u>	<u>37.637,36</u>

14. Obrigações Trabalhistas

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Obrigações Trabalhos		
Ordenados e Salários a pagar	1.759,00	681,00
Pró-labore a pagar	3.361,00	3.336,00
Totais	<u>5.120,00</u>	<u>4.017,00</u>

15. Obrigações Sociais

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Obrigações Sociais		
INSS a Recolher	6.115,08	3.456,74
FGTS a Recolher	13.912,76	13.191,04
Totais	<u>20.027,84</u>	<u>16.647,78</u>

16. Obrigações Tributárias

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Obrigações Tributárias		
ISS a Recolher	1.013,30	1.013,30
ICMS a Recolher	15.017,63	15.017,63
IPI a Recolher	273,09	273,09
PIS a Recolher	7.911,61	7.911,61
COFINS a Recolher	12.455,09	12.455,09
INSS Receita Bruta a Recolher	174,85	-
IRRF a Recolher	11.429,27	10.857,39
CRF Lei 10.833/03 a Recolher	4.165,50	4.165,50
Contribuição Sindical a pagar	4.725,54	4.661,72
Totais	<u>57.165,88</u>	<u>56.355,33</u>

17. Contrato de Arrendamento

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Contrato de Arrendamento		
HV da Silva - Contrato de Cessão de Mão de Obra	309.112,98	309.112,98
Totais	<u>309.112,98</u>	<u>309.112,98</u>

18. Provisões de Natureza Trabalhistas

O Saldo desse subgrupo é representado por Provisões para Férias e em 31 de dezembro de 2014 apresentava o seguinte valor: R\$ 19.695,07.

19. Empréstimos e Financiamentos – Passivo Não Circulante

O saldo desse subgrupo é representado por financiamentos realizados junto ao Banco do Nordeste do Brasil/FNE, para aquisição de máquinas, com taxas de juros de 8% a.a., mais atualização monetária pela TJLP, e que se encontra vencido, conforme cédula contratual, e está representado pelo valor original, desde o exercício de 1999, ou seja, está apresentado no balanço patrimonial sem atualização monetária e os encargos financeiros incidentes sobre essas operações.

19. Empréstimos e Financiamentos -- (Continuação)

Os contratos junto ao Banco do Nordeste do Brasil/FNE estão sendo discutidos judicialmente pelos assessores jurídicos da **GRANORDESTE** e a Administração entende que provavelmente terá êxito nessa ação; portando, tendo optado por não contabilizar tais despesas financeiras.

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Empréstimos e Financiamentos		
BNB FNE	2.368.961,55	2.368.961,55
Totais	<u>2.368.961,55</u>	<u>2.368.961,55</u>

20. Debêntures não Conversíveis

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Debêntures não Conversíveis		
Finor - Série A	577.257,86	577.257,86
Finor - Série B	172.910,00	172.910,00
Finor - Série C	351.816,58	351.816,58
Finor - Série D	136.103,94	136.103,94
Finor - Série E	33.347,90	33.347,90
Finor - Série F	226.229,54	226.229,54
Finor - Série G	73.635,39	73.635,39
Finor - Série H	138.691,17	138.691,17
Finor - Série I	9.122,64	9.122,64
Finor - Série J	190.637,20	190.637,20
Finor - Série K	201.561,00	201.561,00
Finor - Série L	176.789,18	176.789,18
Finor - Série M	192.497,03	192.497,03
Finor - Série N	121.037,48	121.037,48
Totais	<u>2.601.636,91</u>	<u>2.601.636,91</u>

20. Debêntures não Conversíveis -- (Continuação)

A **GRANORDESTE**, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentava um saldo de debêntures não conversíveis da série DS Simples, com remuneração a uma taxa de juros de 4% a.a., mais atualização monetária da TJLP, e que se encontra vencido, e está representado pelo valor original, ou seja, está apresentado, no balanço patrimonial, sem atualização monetária e os encargos financeiros incidentes sobre essa operação, desde o exercício de 2000. O débito existente junto aos debenturistas se encontra em discussão judicial, na esfera federal, e vem sendo acompanhado pelos assessores jurídicos da **GRANORDESTE** e a Administração entende que provavelmente terá êxito nessa ação; portanto, tendo optado por não contabilizar tais despesas financeiras. No referido processo está se discutindo o direito de incorporar o valor das debêntures não conversíveis ao capital social da Empresa, conforme ação ordinária movida (Processo nº 9613136/8).

21. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2014, o Capital Social, subscrito e integralizado, era de R\$ 15.927.302,17, representado por 694.085 ações nominativas e/ou endossáveis, sem valor nominal, das quais 398.541 são ações ordinárias e 295.544 ações preferenciais, classe "B", e estava assim composto:

	<u>31/12/2014</u>	<u>%</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>%</u>
Ações Ordinárias				
Lauro Guedes Nogueira	137.540	19,82%	137.540	19,82%
Josephina Maya de O. G. Nogueira	48.535	6,99%	48.535	6,99%
Mundial - Mármore e Granitor Ltda	48.535	6,99%	48.535	6,99%
Regina Margarida de G. N. G. Barros	48.535	6,99%	48.535	6,99%
OAS Emp. Imobiliários Ltda	48.535	6,99%	48.535	6,99%
Êxito Adm. e Participação Ltda	48.535	6,99%	48.535	6,99%
Lauro G. Nogueira e Cia Ltda	18.326	2,64%	18.326	2,64%
Sub-total	<u>398.541</u>	<u>57,42%</u>	<u>398.541</u>	<u>57,42%</u>
Ações Preferenciais - Classe B				
Fundo de Investimento do Nordeste	295.544	42,58%	295.544	42,58%
Sub-total	<u>295.544</u>	<u>42,58%</u>	<u>295.544</u>	<u>42,58%</u>
Total	<u>694.085</u>	<u>100,00%</u>	<u>694.085</u>	<u>100,00%</u>

21. Patrimônio Líquido -- (Continuação)

b) Reservas de Lucros

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Reservas de Lucros		
Reserva Legal	409,71	409,71
Reserva de Lucros para Expansão	447,74	447,74
Totais	<u>857,45</u>	<u>857,45</u>

c) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Essa conta tem a função de recepcionar valores que pertencem ao patrimônio da empresa, mas que não transitaram pela conta de resultado. Na prática, o ajuste da avaliação patrimonial pode ser considerado uma "correção" do valor apresentado no balanço patrimonial de um ativo ou passivo em relação ao seu valor justo. O objetivo dessa correção é evidenciar o verdadeiro valor do ativo ou passivo em questão, o que significa dizer que esse ajuste, de acordo com o mercado, poderá ser para mais ou para menos.

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Ajustes a Normas Internacionais de Contabilidade	13.612,36	13.612,36
Totais	<u>13.612,36</u>	<u>13.612,36</u>

d) Prejuízos Acumulados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a Companhia apresentou R\$ 8.757.569,65 de prejuízos acumulados, decorrente de prejuízos ocorridos na atividade da empresa em exercícios sociais anteriores.

22. Receita Líquida de Vendas

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receita Líquida de Vendas		
Receita Bruta de Vendas	17.485,13	7.723,31
(-) Impostos Incidentes sobre Vendas	3.147,32	2.101,80
(-) Devoluções de Vendas	-	194,40
Totais	<u>14.337,81</u>	<u>5.427,11</u>